

Verde 08 Energia
S.A.

(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Verde 8 Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verde 8 Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Verde 8 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Verde 08 Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		22.293	267
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.449	4
Tributos e contribuições sociais a compensar		107	22
Despesas pagas antecipadamente		737	-
Outros ativos	6	-	241
Não circulante		23.437	7.825
Depósitos judiciais		279	-
Imobilizado	7	23.128	7.812
Intangível	7	30	13
Total do ativo		45.730	8.092

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante		33.082	520
Empréstimos e financiamentos	8	31.255	-
Fornecedores		1.229	221
Salários e férias a pagar		59	118
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	399	177
Credores diversos		140	4
Não circulante		12.659	7.583
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	10	12.659	7.583
Patrimônio líquido		(11)	(11)
Capital social	11	1	1
Prejuízos Acumulados		(12)	(12)
Total do passivo e patrimônio líquido		45.730	8.092

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
(Despesas) Receitas operacionais		
Administrativas e gerais	-	(12)
	<u>-</u>	<u>(12)</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(12)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(12)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>-</u></u>	<u><u>(12)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1	(12)	(11)
Prejuízo do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1	(12)	(11)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		-	(12)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Encargos de dívidas		1.495	-
		1.495	(12)
(Aumento) redução no ativo			
Tributos e contribuições sociais a compensar		(85)	(22)
Despesas pagas antecipadamente		(737)	-
Outros ativos circulantes		(279)	(240)
		394	(274)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(291)	-
Salários e férias a pagar		(95)	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		259	-
Credores diversos		136	-
		9	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		403	(286)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	7	(14.017)	(6.576)
Adições no intangível	7	(17)	(11)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(14.034)	(6.587)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	5.076	6.840
Empréstimos e financiamentos	8	30.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		35.076	6.840
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		21.445	(21)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		4	25
Saldo no final do exercício		21.449	4
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		21.445	(21)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Verde 08 Energia S.A. (“PCH - Verde 08” ou “Companhia”) constituída em 05 de dezembro de 2013 e tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Verde, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Tuverlândia, no estado de Goiás.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012, a ANEEL autorizou a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), a implantar e explorar a PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, por um prazo de 30 anos. A referida PCH contará com duas unidades geradoras com potência instalada de 14.250 kW, cada, totalizando 27.780 kW de potência líquida, e uma Subestação de capacidade total de 30.000/35.000 kVA, 13,8 kV/138 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma Linha de Transmissão em 138 kV, com 22 km de extensão, em um circuito simples até o ponto de conexão na Subestação Santa Helena.

Em 25 de junho de 2014, a Companhia solicitou à ANEEL a alteração do cronograma de implantação da PCH Verde 08, que prevê as etapas de construção, implantação e entrada em operação comercial, que está em fase de análise e deliberação da ANEEL. Em função do deslocamento de cronograma da conclusão das obras, a Companhia estima que a entrada em operação se dará no primeiro semestre de 2018.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 4.684, de 03 de junho de 2014, a ANEEL transferiu a titularidade da PCH Verde 08, passando da Alupar para a Verde 08 Energia S.A e alterou parte do cronograma de implantação.

Em 20 de julho de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 5.953, de 19 e julho de 2016, alterando o cronograma de implantação da PCH Verde 08 e prorrogando em 600 dias o prazo de vigência da outorga de autorização da PCH Verde 8, estabelecido no Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2016 capital circulante negativo e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 10.789 e R\$ 11 respectivamente, devido ao seu estágio pré-operacional, que demanda quantias significativas de investimentos para construção da PCH. Diante desse cenário a Companhia está avaliando a captação de aportes financeiros de terceiros ou de seus próprios acionistas. Se necessário seus acionistas concederão todo o suporte financeiro de modo que a Companhia cumpra com suas obrigações, sejam elas de curto prazo ou de longo prazo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 27 de março de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- 3.1.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos outros financeiros**
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.
- 3.1.3 Instrumentos financeiros derivativos**
Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016 e 2015, incluindo operações de hedge.
- 3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo**
A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo.
- 3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**
Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.
- 3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**
Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo.
- Fornecedores são classificados como empréstimos e recebíveis.
- 3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida**
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- 3.6 Imobilizado**
O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.
- 3.7 Intangível**
O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

3.8 Tributação

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

4 Pronunciamentos técnicos revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa:		
Fundo fixo	2	3
Aplicações financeiras	21.447	1
	21.449	4

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% a 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2016, comparado de 75% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

6 Outros ativos

	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos	-	1
Custo de captação de empréstimo	-	240
	-	241

7 Imobilizado e intangível

O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 representam as adições ocorridas no ativo imobilizado e intangível ocorridas no decorrer de 2016 referentes substancialmente a, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da PCH Verde 08. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. Os mesmos estão constituídos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado em curso					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	146	146
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	3	3
Móveis e utensílios	-	27	27	-	27
A ratear (1)	732	7.045	7.777	15.167	22.944
Adiantamento a fornecedores	-	8	8	-	8
Total do imobilizado em curso	732	7.080	7.812	15.316	23.128
Intangível					
Licença de uso de software	2	11	13	17	30
Total do intangível	2	11	13	17	30

Em 31 de dezembro de 2016 os juros incorridos das notas promissórias emitidas em 10 de agosto de 2016, conforme descrito em nota explicativa nº 8 Empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 1.495 foram incorporado ao Ativo Imobilizado.

- (1) Imobilizado em curso - a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

8 Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
BNDES	-	-	(240)	-	-	-	-	-
BTG Pactual	25/06/2017	DI + Spread 2,11% a.a.	1.495	30.000	31.495	-	-	-
			1.255	30.000	31.495	-	-	-

Em 10 de agosto de 2016 a Companhia celebrou junto ao Banco Fator a emissão de 60 notas promissórias com valor unitário de R\$ 500, a serem emitidas em 3º séries de 20 notas promissórias, perfazendo um montante de R\$ 30.000 as quais foram objeto de distribuição pública. O contrato de curto prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,11% ao ano + DI. As respectivas notas promissórias tem como vencimento o prazo de 360 dias após a sua emissão. Estes contratos não estabeleceram condições restritivas.

9 Tributos e contribuições sociais a recolher

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e/ou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

	31/12/2016	31/12/2015
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3	42
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	30	107
PIS/COFINS/CSLL	15	-
FGTS	10	26
Outros	341	2
	399	177

10 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016.

Todas as transações entre partes relacionadas foram registradas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	31/12/2016	31/12/2015
<u>Passivo não circulante</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (1)	12.659	7.583
	12.659	7.583

- (1) A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista (efetuados a título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da PCH Verde 08.

Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo (1)	365	380
Benefícios pós emprego	1	1
Total	366	381

- (1) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

11 Patrimônio líquido

Em 17 de fevereiro de 2014 através da sua Ata de Constituição, a Companhia subscreveu e integralizou R\$ 1 (representados pela emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal).

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	999	99,90%	999	99,90%
Acionista pessoa física	1	0,10%	1	0,10%
Total das ações	1.000	100,00%	1.000	100,00%

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

12.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

12.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora CRC 1SP237063/O-2